

# A Concepção do Partido Operário

Adalberto Coutinho de Araújo Neto  
Professor do Instituto Federal de São Paulo  
Campus Piracicaba

## 1. A formação do partido operário na Europa

Historicamente, na contemporaneidade, uma das principais formas de organização das classes sociais em face da sociedade em geral – e, em face umas das outras – é a formação político partidária. Essa é a forma de apresentar seus interesses e, ou, defendê-los quando da constatação de sua ameaça real ou virtual. Evidentemente, essa formação pode ocorrer com a organização de frações, ou setores de classe, ou ainda, grupamentos ideológicos mais ou menos policlassistas, se considerarmos *classe* em termos mais sociológicos e caros ao pensamento marxista: setores da sociedade envolvidos em determinadas relações sociais de produção e sua posição em face das demais classes dentro dessas mesmas relações sociais de produção. A consciência de classe adviria da consciência de sua própria condição. Em termos já consagrados no campo da História Social, mais propriamente a partir da obra de E. P. Thompson, a classe passa a existir não somente pela concretude de suas condições materiais objetivas – isto é, pelos seus contornos socioeconômicos: ocupação profissional, relações sociais e de produção etc. – mas pela consciência construída historicamente pela sua própria experiência de existência coletiva dentro da sociedade. Essa experiência, muito ampla em alguns aspectos, viabiliza-se através da vivência das relações sociais e através da luta de classes, entendida de forma ampla, abrangendo todos os aspectos da afirmação de seus interesses, de suas concepções e da defesa desses elementos abertamente. A tese de Thompson aplica-se basicamente à classe operária inglesa a partir de sua experiência em seu *fazer-se* (THOMPSON, 1987), mas tem servido como referência teórica a muitos casos, como no nosso, em específico pelos mais renomados historiadores.

Em se tratando do chamado “mundo ocidental”, a Europa é durante todo o século XIX a referência cultural, política e econômica. Ao aplicarem-se em outros países os exemplos referenciais europeus, principalmente econômicos e, neste caso, a criação da indústria, dita “moderna”, com sua divisão do trabalho e seus maquinismos, recriam-se, embora mediados por particularidades sociais e políticas regionais e nacionais, as estratificações sociais que apareceram primeiro no Velho Mundo. Se extratos aristocráticos e burgueses mercantis estão presentes no Novo Mundo desde a conquista,

com o estreitamento dos laços econômicos e o surgimento das manufaturas e das primeiras fábricas vão se criando, também, as futuras divisões entre partes das classes trabalhadoras e proprietárias industriais. Se os trabalhadores manufatureiros e artesanais e, mesmo, os primeiros trabalhadores fabris, em parte, se identificam como *artistas* (ou *artífices*) nas últimas décadas do século XIX, já começam a se reconhecer como *operários*, fazem o mesmo com seus patrões, que identificam como *burgueses/burguesia*, *capitalistas*, *patronato*, *argentários* etc. Além das referências bibliográficas, podemos constatar essas identificações nas fontes relativas à imprensa socialista que estudamos aqui e em outro artigo (ARAÚJO NETO, 2016). Em pesquisa bibliográfica e nas fontes, notamos a presença de notícias sobre a organização do proletariado europeu tanto na imprensa operária, como no que se costuma chamar de *grande imprensa*, neste caso, no Rio de Janeiro.

Neste ponto, convém olharmos para a experiência europeia que estava chamando a atenção do proletariado e dos socialistas brasileiros nos primeiros dias da República.

Eric Hobsbawm (1983) comenta a discussão sobre partido em Marx e Engels. Inicialmente, o partido não tinha o formato que adquiriria no âmbito da Segunda Internacional. Para eles, o partido seria a classe organizada politicamente e de forma independente; a organização da classe operária independentemente da burguesia e da pequena-burguesia. Essa concepção de Marx e Engels aparece claramente em algumas de suas obras. Eles consideram, fundamentalmente, o *partido* como a organização política e social *da classe*. Nesse sentido, o conceito é mais difuso e não denota, obrigatoriamente, a constituição de uma organização explicitamente denominada *partido*, no formato de uma agremiação política formal, como viria a ser posteriormente.

Geoff Eley (2005) ressalta que a concepção e a prática de partido de massas, própria dos socialistas, surgiu no “último terço” do XIX. Antes disso vigorara uma concepção conspiratória insurrecional de origem babuvista, sobrevivente em Buonarrotti e, principalmente, em Blanqui. Essa concepção se explica pela realidade repressiva e clandestina da época da Restauração e teve pontos altos nos anos 1820, 1830 até 1848. O fracasso do levante parisiense de 1839, blanquista, deveria ser seu fim, mas sobreviveu até 1871. A tragédia da Comuna de Paris também foi sua e encerrou-a, sendo criticada por Marx. A prática aceita entre socialistas e socialdemocratas foi a do “parlamentarismo socialista”, com partidos de massa, congressos, encontros, conferências etc.

As Ligas operárias muitas vezes se comportavam de forma semelhante a pequenos partidos clandestinos ou semiclandestinos, com algumas ramificações em conjunturas

revolucionárias. Em tempos mais estáveis, podiam assumir a representação da categoria profissional que fosse mais numerosa em seu interior, em uma espécie de atuação sindical. Hobsbawm (1988, p. 379) destaca que, na Grã-Bretanha, houve tensão entre as bases e as -direções das federações sindicais e o partido, surgido como braço político dos sindicatos. Na França, vários sindicatos foram criados pelos partidos e muitos, em parte pela influência do sindicalismo revolucionário, surgido nesse país pouco antes de 1900, se colocavam à esquerda dos partidos. Na Alemanha, o sindicalismo esteve, até antes de 1914, à direita do partido.

No *Manifesto do Partido Comunista* (MARX, ENGELS, s/d, vol. 1) Marx e Engels trabalham fundamentalmente com o objetivo da constituição do proletariado *em classe* em face da sociedade e, particularmente, em face da burguesia. A concepção da organização em classe significa tanto a organização da camada social em prol de seus interesses sociais e econômicos como, e de uma forma mais ampla, em relação aos seus interesses políticos. Quando eles se referem aos demais “partidos operários” presentes nos diversos países e citam o cartismo inglês (MARX, ENGELS, s/d, vol. 1, p. 46), fica claro que tratam o partido proletário como uma organização fluida, podendo estar na forma de movimento social aberto, em busca de objetivos políticos. Nesse caso, a criação ou ampliação da *democracia*, pré-condição ambiental para melhor organização do proletariado em classe e para o avanço de sua luta com as demais classes em busca do poder político, em busca do poder de Estado<sup>1</sup>, era um objetivo político imediato.

Em documento escrito pouco tempo depois do *Manifesto*, a *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, de 1850 (MARX, ENGELS, s/d, vol. 1), eles ainda consideram como *partido* uma corrente política e social difusa dentro da sociedade, como a classe organizada, em relação à perspectiva revolucionária. Dentro dele caberiam os clubes e associações locais e, inclusive, a própria Liga dos Comunistas. Essas organizações não seriam de massa, mas de quadros, de vanguarda. Sua missão era influir e dirigir comitês locais e municipalidades e o próprio governo de uma República una e centralizada que deveria ser formada em uma Alemanha unificada sob uma República democrática logo após a Revolução<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A discussão da concepção de Estado em Marx e Engels está muito além de nossos objetivos aqui, embora possa ser compreendida corretamente como uma parte indissociável da discussão de partido e classe. Contudo, seria uma tarefa que exigiria um esforço à parte e um espaço para a discussão teórica muito maior e especialmente definido para isso.

<sup>2</sup> Evidentemente, essa interpretação não é consensual; por exemplo, Heinrich Gemkow (1984), um biógrafo oficial do partido na antiga República Democrática Alemã, considera que a Liga dos Comunistas já seria uma prefiguração do partido centralizado, ou que seria uma organização na sua direção. Seria o primeiro

A concepção de partido aparenta passar por um processo de definição um pouco mais claro; ao menos se tomarmos como referência o que aparecerá poucos anos à frente. No *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores* e nos *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores* (MARX, ENGELS, s/d, vol. 1), podemos notar uma certa modificação na concepção de partido ou antes, uma melhor definição de sua constituição. Já se trata de uma organização definida, com Estatutos e programas claros.

Edgard Carone (1995) discute o surgimento e desenvolvimento dos partidos operários/socialistas na Europa, desde a década de 1860, até 1914 e um pouco além, referindo-se ao período Entre Guerras. Ele inicia tratando do caso alemão e dos partidos surgidos. Logo nas primeiras palavras, considera que “a classe trabalhadora estrutura seus instrumentos organizatórios depois que se desenvolve, nos países capitalistas, a indústria pesada, a indústria de transformação” (CARONE, 1995, p. 17). Isso aconteceria pela concentração de grande número de trabalhadores pelo desenvolvimento da indústria e a concomitante “evolução” da consciência e da luta organizativa operária, com o surgimento em larga escala de partidos e sindicatos, entre os anos 1860 e 1870. Também associa a esse movimento o surgimento da AIT. Ela deveria ser uma espécie de modelo organizatório ao proletariado internacional enquanto partido, mas precisou, primeiro, derrotar os anarquistas em seu seio e mesmo os blanquistas, partidários de outras formas organizativas e de luta. Carone considera a “evolução” da consciência de classe do proletariado através do surgimento de sindicatos que lutam por reivindicações trabalhistas e logo depois, com a tomada de consciência de classe para si, o surgimento dos primeiros partidos operários abertos e independentes em relação aos liberais e à pequena burguesia. Os partidos alemães seriam os primeiros nesse modelo: Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, de 1863, de Ferdinand Lassale surgida em Leipzig e o Partido Operário Social Democrata, de 1869, este fundado pelos marxistas Karl Liebknecht e August Bebel. Em 1875, lassalianos e marxistas se unem no Congresso de Gotha e fundam conjuntamente o SPD, cujo programa foi severamente criticado por Marx por sua insuficiência lassaliana. Imediatamente o partido começa a crescer eleitoralmente e na organização sindical até que, em 1878, com a *kulturkampf* de Bismarck, ele é tolhido. Ainda assim, avançou organizacionalmente. Em 1890, com o fim dessa política, pôde

---

partido operário alemão. Essa forma se aproximaria ainda mais na própria AIT e, finalmente nos partidos operários alemães das décadas de 1860-70, mais propriamente no Partido Operário Social-Democrata, saído do Congresso de Gotha, conquanto houvesse críticas ao seu programa...

desenvolver-se ainda mais, já contando com a liderança teórica de Kautsky e Bebel, mas ainda sob influência de Engels, que concorda com o programa do Congresso e Erfurt, de 1891, que adota oficialmente o marxismo como doutrina partidária, conquanto ainda haja forte influência dos lassalianos mais antigos. Daí em diante, o crescimento organizacional e eleitoral do partido é fenomenal. É o tempo do início de suas conquistas legais sobre a legislação trabalhista e expansão dos direitos sociais para a classe operária na Alemanha.

Devemos notar que as lutas políticas da socialdemocracia alemã frequentemente eram noticiadas nas páginas da grande imprensa carioca da época, mais propriamente em *O Paiz*, que ostentava logo abaixo de seu título a declaração “Folha de maior circulação na América do Sul” e o *Jornal do Commercio*, além de outros, como *Democracia*, *O Combate*, *Cidade do Rio* e os jornais operários, como o efêmero *Voz do Povo* e o *Echo Popular*<sup>3</sup>.

Na Introdução de Engels, datada de 1895, à *Luta de Classes na França* (MARX, ENGELS, s/d, vol. 1) podemos notar a consolidação da noção de partido. Sua concepção, por assim dizer, contemporânea, já está pronta. Lendo o texto de Engels, depreendemos a conformação da organização partidária em sintonia com a conquista do sufrágio universal (masculino), no caso alemão, em 1866. Desse ano já aparece a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães e, em 1867, o Partido Operário Social Democrata. Ambos se fundem no Congresso de Gotha, em 1875. É evidente o entusiasmo do revolucionário alemão ao tratar do assunto:

Mas, além do primeiro grande serviço que os operários alemães proporcionaram à sua causa com a própria existência de seu partido socialista, o partido mais forte, mais disciplinado e em mais rápido crescimento, prestaram-lhe ainda outro. Mostrando a seus camaradas de todos os países como se utiliza o sufrágio universal, forneceram-lhe uma nova arma, das mais afiadas (MARX, ENGELS, s/d, vol. 1, p. 102).

Eley (2005) analisa o avanço da organização operária, tanto sindical, quanto partidária, a partir da década de 1860, com o avanço do constitucionalismo liberal, principalmente com as unificações da Itália e da Alemanha. Liberdades de organização e expressão, direito de voto, inicialmente restrito, eram tipicamente liberais e foram conquistadas sob pressão social e política e, em alguns casos, com a aliança entre liberais e socialistas. Mas, em outros casos, através de pressões sociais e políticas *extra-parlamentares*, com manifestações, grandes greves gerais etc., demonstrando a

---

<sup>3</sup> Esses periódicos estão disponíveis tanto disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/> quanto no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp – neste caso específico, os jornais operários.

independência política que imprimia-se na classe operária, geralmente sob orientação, ou, mesmo, direção socialista/socialdemocrata.

Essa militância socialista se expande pelos países de língua alemã, mas também entre os eslavos, em territórios Habsburgos. Nos anos 1890, se expande pela França e países “mediterrâneos”, principalmente a Itália, já que em outros, e mesmo entre os italianos e franceses, as tradições libertárias e sindicalistas revolucionárias são fortes e presentes. Uma cultura socialista se forma, tanto com o apoio à organização sindical acompanhando o desenvolvimento industrial, como também para serviços sociais e culturais, com escolas de alfabetização, escolas técnicas, bibliotecas etc. (ELEY, 2005).

Se a década de 1850, segundo Hobsbawm (1996), foi reacionária, com as burguesias deixando quase que imediatamente o campo revolucionário para comporem com as aristocracias e monarquias os governos que se formavam, algo novo foi aparecendo nas décadas seguintes. O liberalismo econômico passou a ser aplicado por essa composição política e, pouco depois, posições liberais culturais e educacionais também o foram. Ambas, aristocracia e burguesia, temiam a democracia, considerada radical e pré-condição ao socialismo/comunismo. Mas, a aristocracia que passava a ver a situação de forma conservadora – e não mais reacionária – passou a jogar com a presença do tradicionalismo camponês de massa. Para isso, ampliou o direito de voto. Ora, o liberalismo burguês considerava o voto de maneira limitada, sob seu controle: municipal, censitário e para eleição parlamentar. Na década seguinte, elementos camponeses franceses e alemães já principiavam em votar em radicais e mesmo, em se tornarem republicanos... Da mesma maneira, o avanço econômico que ampliou muito as camadas proletárias deu-lhes maior força social. Ideologias próprias se formavam nessa época: socialismos, anarquismos, cooperativismos, mutualismos e, simplesmente, sindicalismo *trade-unionista*. Nos anos 1870, essa classe operária, nos mais diversos países, ia se tornando cada vez mais socialista. Principiavam a criar seus partidos de massa.

Nas últimas décadas do século XIX, as classes dominantes já haviam perdido o temor pelo avanço democrático e, principalmente, pelo avanço da classe operária, tanto em sua forma organizacional social, quanto política. Isso porque descobrira-se que ela, dentro dos marcos legais, jamais ultrapassaria os limites da ordem estabelecida (HOBSBAWM, 2003); mesmo avançando na conquista de direitos. Até porque, conforme as condições materiais do proletariado em geral melhoravam, seu ardor revolucionário arrefecia. De qualquer forma, não se podia mais impedir o avanço da organização sindical e político-partidária do operariado europeu e mesmo, nas principais “colônias brancas”

que se constituíam no mundo colonial. Os socialistas estavam empenhados em demonstrar à sociedade seus sucessos organizacionais e político-eleitorais e com isso, procuravam desafiar ao mínimo o sistema estabelecido.

Essa situação empurra esses partidos, muitos dos quais nascidos revolucionários, a posições reformistas e democráticas temerosos em desafiar definitivamente a ordem liberal que estabelecera que lutavam para democratizar. As exceções são os países do leste europeu, mais propriamente na Rússia czarista, onde até a burguesia era reprimida politicamente e não podia se organizar partidariamente. Nesse caso, não houve fortes tendências reformistas, mas sim revolucionárias, desde o princípio.

Resumidamente, poderíamos dizer que era esse o quadro político internacional observado pelos socialistas brasileiros desde os anos finais do Segundo Reinado e durante a turbulenta fase inicial republicana, conhecida tradicionalmente como “República da Espada”. Era um quadro que apresentava o progresso e expansão da organização social e política das classes trabalhadoras, com suas vitórias e sucessos eleitorais e organizacionais, incluindo a recriação da organização internacional, agora como Internacional Socialista e avanço de sua luta social e política, como a campanha pela jornada diária de oito horas de trabalho. E, nesse quadro, o partido de classe, organização política independente, aparecia como instrumento fundamental para a atuação política que deveria influir nos rumos, desejados como democráticos, que começavam a se desenhar no início da República brasileira. Que começavam a se desenhar, mas para que superassem o estágio de esboço, precisavam ser postos em prática sob o estímulo político do proletariado organizado. Era o que pretendiam esses socialistas e militantes operários dos primeiros anos da década de 1890...

## 2. A questão do Partido entre os socialistas brasileiros

Feita a República, a organização de classe em formato político e social aberto era o próximo e necessário passo, tendo-se em vista que, na década anterior, os socialistas organizaram-se em clubes e em torno de jornais (ARAÚJO NETO, 2016). E, neste caso, de afirmação política, especialmente depois da discussão da necessidade de uma nova Constituição para marcar definitivamente a instauração do novo regime e a superação do Império decaído, urgia a formação de um partido de classe; de um partido operário! Esse devia ser o instrumento político essencial da classe trabalhadora na luta por seus interesses

políticos, sociais e econômicos. Seria mesmo o representante político de sua identidade socioeconômica.

Quase que imediatamente à proclamação do novo regime, já com o anúncio das eleições para a Constituinte, surgiu o jornal *A Voz do Povo* conclamando “artistas, operários e trabalhadores” alfabetizados para que se inscrevessem no partido operário com fins às eleições constituintes (GOMES, 1994). O programa do jornal girava em torno de três pontos: noção de República como um novo horizonte político e social para o Brasil; valorização do trabalhador para que ele fosse reconhecido como digno de direitos políticos e sociais e, a formação de um partido para a defesa e exercício desses direitos. Notamos, também, a defesa do “industrialismo” como elemento principal do segundo lema da bandeira, “progresso”. O trabalhador era o elemento fundamental do progresso e da indústria que devia trazê-lo; torna-lo realidade concreta<sup>4</sup>.

Analisando de uma forma geral, além do quadro político e social do Rio de Janeiro dos anos 1890, Cláudio Batalha (2007) comenta a concepção e a prática de partido que os socialistas tinham dessa época até o final dos anos 1900. O partido operário, ou socialista surgia às vésperas das eleições parlamentares, municipais, estaduais e ou federais para apresentar candidatos operários ou que os representassem. Geralmente não havia sucesso, dado o baixo número de operários alfabetizados inscritos e pelos demais mecanismos eleitorais excludentes e corruptos da Primeira República. O objetivo era eleger operários, ou seus representantes, para que lutassem pelos direitos da classe, como por exemplo, a instituição da jornada de oito horas de trabalho diário, entre outros. Essa teria sido sua realidade em toda a primeira década republicana.

Embora a efemeridade dos partidos operários/socialistas e seus fracassos eleitorais possam ser constatados tanto na historiografia, quanto no exame das fontes, cremos que o objetivo era um pouco mais profundo: organizar a classe em partido e daí, partir para a conquista dos direitos legais do proletariado e ainda, e dar forma politicamente à classe. Se considerarmos o limitado objetivo da representação política da classe operária, notamos que as lideranças tomaram muito rapidamente a consciência de suas fraquezas para os pleitos eleitorais: baixa organização política e social e, principalmente, baixa escolaridade/alfabetização. A luta em torno deste problema será uma das bandeiras que

---

<sup>4</sup> “À classe operária”, in: *A voz do povo, órgão operário dos Estados Unidos do Brasil*, 09/01/1890, p. 1.

mais se levantará por aqueles que exerceram liderança entre o proletariado em formação nas mais diversas localidades do país.

Poderíamos ser tentados a pensar na classe operária como revolucionária dentro de moldes clássicos ou europeus e nos decepçarmos com seu reformismo extremamente limitado nesses primeiros anos republicanos. Entretanto, mais uma vez a clareza das lideranças trabalhadoras vem à tona. Nesse momento, não se podia partir para a conquista do poder político pela classe operária, fosse pelas armas ou eleitoralmente, pelo simples fato de isso não ser possível em um país ainda rural. Nem isso estava na perspectiva imediata desses socialistas. A clareza dessa análise pode explicar a opção por temas saint-simonianos que giravam em torno da valorização do trabalho como elemento moral fundamental, mas também instrumental, já que se abordou, desde fins dos anos 1870, a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas nacionais a partir da discussão, ainda que superficial, do desenvolvimento do comércio, de oficinas, da agricultura voltada ao mercado interno e da indústria (ARAÚJO NETO, 2016). Nesse sentido, o quadro político e social se apresentava complexo. Além do quê, a Proclamação da República já era, para muitos deles, um fato revolucionário, como constatamos no exame das fontes documentais. Portanto, feita a *revolução* urgia promover as reformas que deveriam figurar como elementos fundamentais na construção do novo regime e esses trabalhadores e socialistas se organizavam para apresentarem-se diante dessa tarefa fundamental.

Embora esse quadro se apresentasse complexo, o que se devia fazer àquele momento – e que foi percebido pelos grupos que se movimentavam – era organizar o operariado em classe. Isso fica claro nas obras de Ângela de Castro Gomes (1994) e Marcus Vinícius Pansardi (1993). Uma análise mais aproximada, contudo, revela-se necessária para que possamos compreender melhor o que se passava e como aqueles homens, de extração humilde, quando muito de classe média, se colocariam em face à nova realidade que se abria. E a melhor forma de fazermos isso é examinarmos as fontes documentais.

A partir da análise de informações extraídas do jornal diário *Democracia*, autodeclarado “Órgão de Orientação Republicana”, dirigido por Vicente de Souza, que professara o socialismo, o republicanismo e o abolicionismo, ao menos, desde 1879 (MORAES FILHO, 1981, pp. 73-77), podemos constatar a posição dos socialistas da capital da República a partir da análise de seu discurso. É interessante notarmos que, se o órgão

se declara abertamente republicano e mesmo com Vicente de Souza apresentando sua folha de serviços na militância abolicionista e republicana e omitindo sua orientação socialista, quando de sua propaganda às eleições para a Constituinte, não é possível olvidar a posição socialista do médico e jornalista, diretor da folha<sup>5</sup>.

Logo no primeiro número de *Democracia*, estampa-se o primeiro artigo de uma série de cinco, intitulado “O Partido Operário”. O articulista inicia a matéria citando o caso da formação do partido operário na França<sup>6</sup> de 1848 e sua posição antibonapartista entre 1860-64. Essa citação servirá de introdução à questão brasileira. O autor considerou o caso brasileiro com a formação do Governo Provisório como um processo semelhante à Revolução de 1848, na França. Aqui, como lá, a República era burguesa; mesmo em se considerando que a sua proclamação, com seu espírito romântico “bem intencionado, mas improfícuo da gente de 48, deslocou o centro de gravidade da vida eleitoral do país e chamou as classes proletárias à participação e responsabilidade da governança pública”<sup>7</sup>.

Essa crença de que a República exigia a participação de todos, das massas populares e, com algum destaque, das classes trabalhadoras, não diminuía a constatação do caráter de classe que ela própria, a República, ia tomando. Era o que percebiam os “democratas honestos e pensadores republicanos” próximos do “povo”. Afinal, eles,

na altivez suprema de suas crenças, não poderiam ficar satisfeitos com o acentuação conservadora, burguesa, do atual regime republicano e não seriam desses que acreditam na força mítica das palavras e na felicitação milagrosa de um país até há pouco escravizado<sup>8</sup>.

Esses homens, “fiéis ao cumprimento de seu dever histórico”, iriam lutar pelo voto operário para avançar no processo de lutas reivindicatórias da classe. E o voto, o direito de voto, aparecia como algo novo; algo que acabava de deixar de ser privilégio de poucos como ocorria quando era censitário. Esse era o voto que elegia as “câmaras unânimes do Império” que aboliram a escravidão “nem mesmo como uma ideia humanitária, mas sim, tão somente, como uma especulação monárquica”<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> *A Democracia*, Rio de Janeiro, nº 171, 12/09/1890, p. 1.

<sup>6</sup> Não esclarece, entretanto, a natureza desse “partido”, uma tendência política e social que propriamente uma organização político-ideológica, como se pretendia àquele momento, 1890.

<sup>7</sup> “O Partido Operário”, *A Democracia*, Rio de Janeiro, nº 1, 03/03/1890, p. 3.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 3.

Tomando o voto como algo capaz de mudar a realidade, de transformar a sociedade, o proletariado brasileiro “teve a intuição dos seus deveres. Congregou-se”. O partido operário que acabava de “afirmar sua existência” seria a representação eleita de sua classe e do povo. “Chamado a exercer a função pública do voto, constituindo a maioria, o proletário compreendeu logo que deveria fazer coisa diferente daquilo que os antigos eleitores faziam, que do seu seio deverá sair um parlamento diverso do antigo”. Nesse sentido, “A ideia socialista devia necessariamente resultar de semelhante medida. E, seu aparecimento, ou hoje ou amanhã, era apenas uma questão de tempo”<sup>10</sup>.

Evidentemente, não se nega aqui que a organização da classe em partido tinha como objetivo imediato a eleição de representantes à Constituinte. Mas, igualmente, não se pode negar o esforço manifesto de organização política independente do proletariado e com uma ideologia própria: o *socialismo*. Mas, o que era o socialismo por eles defendido?

Nos números seguintes o articulista discute a identidade do partido operário diante do republicanismo e esboça tanto sua concepção de luta de classes, como da própria História sem, contudo, se referir a Marx, Engels ou qualquer liderança próxima ao marxismo nascente e que se organizava na Europa.

Na discussão a respeito da identidade do partido operário diante do republicanismo retomam-se os usos históricos do conceito “república”. Até como palavra, *república* teria sido sempre sediciosa na voz do povo oprimido, daí seu tom revolucionário. O que, em grande medida, era compartilhado pelo proletariado e pelos socialistas. No entanto, o proletariado e seu partido, principalmente, não podiam deixar-se absorver e confundirem-se com o republicanismo. O republicanismo, como se apresentou até ali, era um ideal político e como tal, “oscila desde a concepção autoritária das ditaduras às fronteiras mesmas do ideal proletário”<sup>11</sup>. Notemos – e isso é de suma importância – a consciência de classe e político-ideológica desses organizadores socialistas em relação ao republicanismo. Já o partido operário tinha uma causa social que vai além do ideal político; para além do republicanismo, identificando-se com o socialismo e seu conteúdo classista:

O socialismo é, e só pode ser a luta que o quarto estado declara ao terceiro, a luta do operário contra o burguês, a luta do trabalho contra o capital. Ele faz-se com a soma das

---

<sup>10</sup> Idem, p. 3.

<sup>11</sup> “O Partido Operário II”, *A Democracia*, Rio de Janeiro, 04/03/1890, nº2, p. 2.

reivindicações proletárias. Ele é o grito da miséria e da fome, a revolta da justiça e da escravidão...<sup>12</sup>

Nesse sentido, no início de sua trajetória, para Vicente de Souza, o partido operário decidia esclarecer e declarar sua posição em face do republicanismo, governamental, ou de oposição, e assumir caráter próprio, classista, para o embate eleitoral que se aproximava. Os socialistas brasileiros, diferentemente de sua atitude durante o Segundo Reinado, assumiam uma posição classista nítida em seu discurso. Evidentemente, alguns elementos discursivos morais nobilitantes do trabalho continuarão, mas dividirão espaço com notas e protestos reivindicativos emitidos a partir da classe e não de posições imprecisas, talvez utópicas, muitas vezes externas a ela.

Se o socialismo foi apresentado como o programa político ideológico do proletariado, o resultado da experiência da luta de classes, cumpria credenciá-lo historicamente para consolidação de sua legitimidade. No próximo artigo, “O Partido Operário III”, o autor apresenta-o como “a formulação categórica do problema social” que “aterroriza e apavora quando apresentada à organização burguesa de hoje em dia”; ora, era a mesma burguesia que se beneficiava das “conquistas de 89” – aqui o autor refere-se às liberdades democráticas<sup>13</sup>.

Apesar dessa ojeriza burguesa, era o socialismo a culminância intelectual gestada por séculos; por milênios, de estratificação social, de exploração das camadas sociais trabalhadoras, desde o Egito Antigo, Israel, Grécia e Roma, passando pela Idade Média e chegando até 1789. Essa luta de classes teria assistido à aliança entre o guerreiro e o sacerdote para exploração conjunta do povo. E assim vinha através dos séculos, conforme pensava esse autor. Mas essa situação de exploração, de opressão, *também* “congregava” os trabalhadores “para a reivindicação dos seus direitos, para o sanguinolento protesto contra as injustiças que sofriam”<sup>14</sup>. Era o prelúdio da Revolução Francesa de 1789. Não

---

<sup>12</sup> Idem, p. 2. Durante o século XIX, militantes operários de diversas origens declaravam a separação do proletariado em relação ao Terceiro Estado, burguês, dos tempos da Convenção dos Estados Gerais que precedeu imediatamente a Revolução de 1789. O proletariado, então, formaria o “Quarto Estado” a partir do início da Revolução e, principalmente, desde seus primeiros anos, segundo suas concepções.

<sup>13</sup> “O Partido Operário III”, *A Democracia*, Rio de Janeiro, 05/03/1890, nº 3, p. 2. Notemos que o grande referencial revolucionário partilhado por republicanos e socialistas, tanto em nível internacional, como no Brasil, era a Revolução Francesa de 1789 (entre as muitas referências bibliográficas sobre o assunto, citaremos apenas Lemos, 2009). Ambos valorizavam a experiência histórica jacobina radical, mas os socialistas iam além, retomando elementos da Conjuração dos Iguais e Babeuf. Elementos caros à experiência revolucionária de “48” também serão revistos, mas de maneira crítica. Nesses pontos já podemos notar a superação do quadro referencial republicano quando da valorização e destaque de momentos e elementos mais próximos do proletariado e do socialismo nas experiências francesas, tomadas como referências históricas pelos socialistas brasileiros.

<sup>14</sup> Idem, p. 2.

podemos deixar de notar nisso, ainda que de forma bastante simples, a presença de uma noção materialista dialética do desenvolvimento histórico, conquanto teoricamente bastante limitada e muito imprecisa em termos históricos, havendo forte anacronismo e teleologia.

E essa revolução era o momento fundante, para o autor, da formação do proletariado; era o momento da separação interna do Terceiro Estado entre burguesia e plebe, como trata em “Partido Operário IV”. Já em 1790 a “plebe” havia se separado da burguesia e havia formado um “quarto estado” que viria a se constituir no proletariado. Segundo o articulista, a separação completa de interesses e o antagonismo social entre as partes teve marco nos protestos de junho de 1790:

Entretanto, quando os trabalhadores de Paris se reuniram em 10 de junho de 90, nos Campos Elísios, para reclamar o direito ao trabalho e pedir pão, Bailly, que exercia as funções de prefeito, repeliu-os, não recuando até perante a responsabilidade das fuziladas.

A Convenção [sic], dias depois, recebendo uma representação, também de operários, proclamou pela boca de Barnave a inconstitucionalidade de semelhante ato e negou definitivamente ao trabalhador o direito de reunião e de deliberação coletiva<sup>15</sup>.

Essa era a constatação histórica, para o autor, da separação entre burguesia e proletariado e o início de sua luta de classes na recém-vitoriosa Revolução que, de início, contou com a colaboração das duas classes. Daí em diante, o autor inicia a caracterização da burguesia como classe exploradora que tomou o lugar do clero e da nobreza.

O autor nota o surgimento de lideranças proletárias em alguns revolucionários franceses assassinados ou executados pela burguesia: Herbert, Marat e Babeuf, este executado após a derrota da Conjuração dos Iguais. Seriam eles ideólogos e conspiradores em nome dos proletários, mas, “empíricos e platônicos como só o podiam ser naquele momento” em que ainda se acreditava na divisa: “Liberdade, fraternidade e igualdade”.

A burguesia imediatamente havia percebido a cisão da plebe e a formação do “quarto estado”. De outra parte, porém, “os proletários têm tido dificuldades em afirmar [a si mesmos como classe] por causa de uma série de prejuízos e preconceitos que os peia e entroeça quando se trata de fazer para eles análise sistemática da vida social”<sup>16</sup>.

Essa teria sido a certidão de nascimento da luta de classes moderna entre burguesia e proletariado. E como o proletariado reagiu à essa situação?

---

<sup>15</sup> “O Partido Operário IV”, *A Democracia*, Rio de Janeiro, 06/03/1890, n° 4, p. 3.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 3.

As lutas de classes, reivindicativas e outras e, mesmo as lutas revolucionárias em que parte da burguesia, através de seus partidos, utilizou os anseios e protestos operários para manipular o proletariado e usá-lo como “carne de metralha” foram crescendo. Continuando a narrativa, agora da formação da classe operária em sua luta contra a exploração, com centralidade na história francesa, o articulista cita os filósofos e pensadores que tomaram a “iniciativa da formulação do problema social”; entre eles: Saint-Simon, Fourier, Proudhon e até mesmo Auguste Comte<sup>17</sup>.

Para o autor, Saint-Simon e Comte deixaram-se influenciar, em seus projetos, pelo “prestígio do cristianismo primitivo”. Ele aponta o “platonismo” em suas obras e suas inspirações românticas e líricas, como no caso de Comte e sua paixão por Clotilde de Vaux. Saint-Simon escreveu sua principal obra, *A questão industrial*, na forma de cartas a Luís XVIII e Comte tentou “catequizar” “os homens do governo” chegando mesmo a fundar uma “igreja”. “Eles dois, enfim, propuseram-se à revolução social de cima para baixo, por meio de um decreto”.

O articulista também aponta a falta de critérios científicos de Fourier e Proudhon que partiam “de um qualquer princípio e de uma qualquer classificação” para seus falanstérios e propostas mutualistas. Contudo, fazendo justiça a esses homens, declara que suas obras serviram para abrir caminho às lutas, ainda que insuficientes, de homens práticos como Lamartine e Louis Blanc; homens de 1848.

Para o final dessa obra narrativa, a segunda metade do séc. XIX, a Comuna de Paris e tudo o mais deveria ser o tema do próximo artigo e, no entanto, não foi escrito! A série encerra-se nesta última parte, a quinta. Seria a omissão de uma questão “incômoda” para esses socialistas reformistas do início da República? Mesmo tendo recorrido a 1848, quando a Segunda República Francesa foi instaurada por uma revolução? São perguntas abertas para outras pesquisas; o que temos concretamente é que os socialistas brasileiros não se referiam, nem mencionavam ou aludiam à Comuna de Paris, de forma alguma. Havia simplesmente silêncio.

Nas semanas transcurtas, membros de categorias operárias reuniam-se para discutir a formação do partido e outros programas correlatos, como no caso da reunião dos cigarreiros, da qual participou Gustavo de Lacerda. Embora o título da notícia fosse “Partido Operário”, discutiram-se os interesses mais próximos à categoria, como políticas

---

<sup>17</sup> “O Partido Operário V”, *A Democracia*, Rio de Janeiro, 07/03/1890, nº5, pp. 2-3.

de governo para o setor ao qual trabalhavam e a aquisição de máquinas para a criação de uma cooperativa de produção: “A questão deslizou para a fundação de cooperativas, uma vitória para mim por constarem elas de meu projeto”<sup>18</sup>, como afirmou Lacerda. Conquanto um dos principais objetivos da reunião fosse a discussão de votos e apoios às eleições para a Constituinte... A concepção de povo de Gustavo de Lacerda era heterogênea, segundo Ângela Gomes (1994), sendo ele formado por muitas classes sociais e, nesse caso, o operariado era uma delas; a última, desprezada e não considerada em sua importância social e econômica para o país. *A Voz do Povo* se propunha a representa-la.

O aprofundamento de nossas pesquisas tem nos revelado que tentou-se, no Rio de Janeiro, a criação de um partido operário de massa: o Centro do Partido Operário e, até meados de 1893, ele funcionou e atuou assim, sob a liderança do deputado tenente José Augusto Vinhaes (ARAÚJO NETO, 2018). Seu insucesso deveu-se não somente às aventuras políticas de seu principal dirigente, mas do cenário político conturbado e de guerra civil desses anos.

### Referências documentais

*A Democracia. Órgão de Orientação Republicana*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional Digital.

*A Voz do Povo. Órgão Operário dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Edgar Leuenroth.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO NETO, Adalberto C. “República, democracia, abolição e moralidade do trabalho: o discurso socialista brasileiro em fins do Segundo Reinado”, in: *Anais do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-SP*, Assis-SP, 2016, disponível em: [http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1462146809\\_ARQUIVO\\_Publica,democracia,abolicaoemoralidadedotrabalho.pdf](http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1462146809_ARQUIVO_Publica,democracia,abolicaoemoralidadedotrabalho.pdf), acesso em 19/12/2016.

\_\_\_\_\_, “O tenente Vinhaes como representante do operariado na Constituinte e no Congresso Nacional (1890 - 1893)”, in: *Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Guarulhos-SP, 2018, disponível em: [https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530791818\\_ARQUIVO\\_A\\_NPUH2018OtenenteVinhaescomorepresentantedooperariadoonoCongressoNacional.pdf](https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530791818_ARQUIVO_A_NPUH2018OtenenteVinhaescomorepresentantedooperariadoonoCongressoNacional.pdf), acesso em 15/08/2019.

---

<sup>18</sup> “Partido Operário”, *A Democracia, órgão de orientação republicana*, Rio de Janeiro, 27/03/1890, nº 22, p. 3.

BATALHA, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, in: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, vol. 2.

CARONE, Edgar. *Socialismo e anarquismo no início do século*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GEMKOW, Heinrich. *Marx e Engels: vida e obra*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

GOMES, Ângela M. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 2.<sup>a</sup> Ed.

HOBBSAWM, Eric J. “Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo”, In: HOBBSAWM, Eric J. (et al.). *História do Marxismo I: O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 3.<sup>a</sup> ed.

\_\_\_\_\_. *Era do Capital, 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 5.<sup>a</sup> ed.

\_\_\_\_\_. *Era dos Impérios: 1875 – 1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 8.<sup>a</sup> ed.

\_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2.<sup>a</sup> ed.

LEMONS, Renato, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, in: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. III – 1870-1889. Rio de Janeiro: 2009.

MARX, K. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 1.

\_\_\_\_\_. *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 1.

\_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d. vol. 2.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: *Marx e Engels, Obras Escolhidas*. S. Paulo: Alfa-Ômega, s/d, vol. 1.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

PANSARDI, Marcus Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)*. Campinas-SP: Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, Unicamp, 1993.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.